

Controlador Programável para a indústria de processos.

Maxitec

Seu patrimônio Automático Industrial

NOVA REPÚBLICA

Convocada a Assembléia Constituinte

República e Federação estão mantidas



José Sarney

por Helena Daltra de Brasília

A Constituinte de 1987 deve selar o novo pacto nacional e promulgar uma Carta de longa duração, modelando um sistema político estável no País, no qual todos os segmentos sociais representativos estejam presentes, para evitar qualquer controle excessivo do poder econômico. Essas são definições e expectativas de líderes, dirigentes partidários e ministros que estiveram presentes, sexta-feira, à assinatura da mensagem convocatória da Constituinte pelo presidente José Sarney.

O poder econômico vai estar representado, mediante financiamento dos empresários a políticos constituintes, mas os meios de comunicação devem engajar-se na campanha constitucional para dar espaço aos demais setores, possibilitando, assim, maior representatividade ao novo Congresso eleito em 1988. Essa é a opinião do ministro da Justiça, Fernando Lyra, e do líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga.

"Somos um país capitalista, e seria ilusão acreditar que setores representativos das classes empresariais não vão ter votos. O que é preciso fazer é definir um sistema de debates nos meios de comunicação para garantir a participação igualitária dos candidatos constituintes", disse Lyra.

Esse "antídoto" contra o abuso do poder econômico na Constituinte, conforme definiu Pimenta da Veiga, pode não funcionar, fazendo com que prevaleçam "interesses conservadores", definiu o líder do PDT, senador Roberto Saturnino Braga.

Para evitar esse risco, Saturnino Braga sustenta a tese do governador do Rio, Leonel Brizola, presidente de honra do PDT, de que a Constituinte seria mais representativa se coincidissem com as próximas eleições presidenciais. Dessa forma, a opinião pública seria mobilizada para debater os grandes temas nacionais, levados adiante pelo pleito presidencial, observou.

Preocupado com o abuso do poder econômico, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, invoca o artigo 160 da atual Constituição, no seu item cinco, que diz: "A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base no princípio de repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros".

Para Ulysses, não há hegemonia de poderes e "só o poder controla o poder". Por isso, acrescenta, "é preciso haver controles para evitarem abusos na Constituinte". Já o ministro da Casa Civil, José Hugo Castelo Branco, acredita que a participação do povo nas urnas definirá por si as linhas mestras da nova

por Helena Daltra de Brasília

Por sugestão de dirigentes partidários, entre os quais o presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, foi suprimido o artigo 2º da proposta de emenda à Constituição, que convoca para 31 de janeiro de 1987 a Assembléia Nacional Constituinte. A supressão desse artigo na emenda definitiva do Executivo garante a manutenção do Estado federativo e da República, sem deixar margem de discussão aos constituintes para deliberar sobre a abolição daqueles princípios.

"Sugeri que contassem no texto do Executivo os termos da Constituinte Republicana e Federativa, pois a Federação no Brasil é uma realidade geográfica e a República, uma realidade política", disse Ulysses Guimarães. O presidente José Sarney não colocou tais sugestões no papel, mas adotou-as na prática, pois está respaldado pelo parágrafo 1º do artigo 47 da atual Constituição, que diz: "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República". O esboço do texto anterior, em seu parágrafo 2º, suprimia esse preceito constitucional.

Com essa alteração, a proposta de emenda possuiu de quatro para três artigos. O texto assinado ontem pelo presidente José Sarney mantém o presidente do Supremo Tribunal Federal na atribuição de instalar a Constituinte, suprimindo apenas o termo "com supremo autoridade". Foi modificado também a data da instalação da Constituinte, passando de 1º de fevereiro para 31 de janeiro de 1987.

A mensagem de Sarney

E a seguinte a íntegra da mensagem do presidente José Sarney ao Congresso, propondo a emenda da Constituição:

"Excelentíssimos senhores membros do Congresso Nacional: E com a mais profunda confiança no discernimento e na vocação do povo brasileiro para organizar-se pacificamente em regime de liberdade e justiça que proponho a Vossa Excelência a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Compromisso histórico firmado no curso do movimento cívico que congregou brasileiros de todas as condições, com o propósito de democratizar a sociedade e o Estado, é a convocação da Assembléia Nacional Constituinte ato de coragem e de fé.

De coragem, porque pressupõe, por parte de cada indivíduo que constitui a comunidade nacional, a disposição de submeter ao escrutínio da Nação direitos e situações, quantas vezes duramente conquistadas, para vê-las disciplinadas por novas regras, de conteúdo e alcance não conhecidos, que se espera mais justas, equânimes e conformes ao ciclo histó-

rico que reponta no presente e se projeta em um futuro de extensão desconhecida.

Ato de fé é a convocação da Constituinte, porque todos os anseios e temores do futuro repositivos, afinal, na confiança que cada cidadão deposita nos sentimentos de seus irmãos, de procurarem, juntos, uma lei fundamental que a todos proporcione os bens necessários à vida digna, vivida em paz e liberdade.

O compromisso, antes aludido, de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, de par com os traços de generosa confiança e incontida esperança que o exornam, singulariza-se pelo fato de estar em plena vigência uma ordem jurídica e suas instituições políticas e civis, cujo império se estenderá até o momento em que for promulgada a nova Constituição. Até lá, e sob pena de instalar-se o caos normativo, que a ninguém aproveitaria, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela própria admitidos, para que a vontade de alguns não seja erigida em mandamento supremo de todos.

Da inelutável necessidade de manter e operar as instituições governativas vigentes, harmonizando-as à imperiosa aspiração de instaurar outras mais livres e justas, resulta o texto que ora submeto à deliberação dos senhores membros do Poder Legislativo da União.

Por isso, nele se prevê a investidura de poder constituinte pleno nos deputados federais e senadores escolhidos pelo sufrágio do povo brasileiro.

Evitando tutelar o órgão de tão alta atribuição, a proposta de emenda limita-se a prover quanto à direção das sessões de instalação e eleição do presidente da Assembléia Nacional Constituinte e a indicar que ela funcione na sede do Congresso Nacional, como corpo único, sem a divisão própria do sistema bicameral. Este, contudo, subsistirá nos trabalhos da legislatura, enquanto poder constituinte e segundo as normas constitucionais em vigor.

E, finalmente, fixa a duração da 1ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura para a promulgação da nova Constituição, e o quórum da maioria absoluta, que determinará a adoção do projeto e das emendas respectivas.

Cumpro o dever assumido com a Nação pela Aliança Democrática. A Assembléia Nacional Constituinte realizará, sem dúvida, o grande e novo pacto nacional, que fará o País reencontrar-se com a plenitude de suas instituições democráticas.

Espero que, de agora, a sociedade se mobilize para criar a mística da Constituição, que é o caminho do Estado de Direito.

Palácio do Planalto, em Brasília, aos 28 de junho de 1985.

O texto da emenda

A emenda da Constituinte apresentada pelo presidente José Sarney é a seguinte:

"Art. 1º — Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e sobera-

na, no dia 31 de janeiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art. 2º — O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu presidente.

Art. 3º — O projeto de Constituição será promulgado no curso da primeira Sessão Legislativa da 48ª Legislatura, depois de aprovado, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte."

O discurso do presidente

E a seguinte a íntegra do pronunciamento do presidente da República:

"Senhores, As nações, como os homens que a constituem, são imperfeitas construções da atualidade política. Não há povos — nem homens — servidos apenas de virtudes, nem aqueles submissos inteiramente aos pecados.

Mas ao mesmo tempo as nações, como os homens, carregam em si, com suas imperfeições, a busca do ideal e da perfeição, procurando recuperar os caminhos que tenham sido perdidos nas tardes de aventura e nas noites do medo. E, pois, sinal do homem, assim como das nações, a ansia da perfeição.

Reunimo-nos hoje para um ato de grandza nacional. Vamos, com a consciência da importância deste gesto, pedir ao povo que, através dos delegados que vier a escolher, reordene a vida institucional do País. Cumprindo o mais grave dos compromissos que, em aliança democrática, assumimos com a Nação, estamos encaminhando ao Legislativo proposta de emenda constitucional que dá aos seus representantes, a serem eleitos em novembro do ano próximo, poderes para elaborar e promulgar a nova lei fundamental e suprema do País.

A primeira das nossas crises está no desajuste entre a ordem jurídica e a realidade política e social. Não há leis que possam sobrepor-se à vontade dos cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e à ética. As leis que pretendam, pela força do Estado, disciplinar e elevar a cidadania produzem resultados inteiramente opostos. As virtudes que se decretam mudam-se em vilania e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos.

Por outro lado, não há instituições que durem mais do que as circunstâncias que as tenham estabelecido. Vivemos em tempos de mudanças, e os homens, ao transformarem-se natureza, transformam-se também, reclamando novas normas de convívio social.

Encontram-se, na história de todas as nações, respostas institucionais a desafios inesperados. Quando há perigo iminente para a sobrevivência dos povos reunidos em estados, cabe à inteligência política encontrar, e com decisão, a resposta certa. Recordo-me, entre outros exemplos, da coragem de Roosevelt com o New Deal, na aqueles assustadores anos 30. Não fora a ousadia do grande líder em adotar, na emergência, medidas que rompiam amarras, e talvez outros tivessem sido, uma década mais

tarde, a sorte da guerra e o destino do mundo.

Senhores: A proposta que enviamos ao Congresso Nacional corresponde às circunstâncias da atualidade política. Não há normas que determinem o modo de convocar-se Poder Constituinte; para os que a promulgam, a Constituinte será sempre documento com intenção de permanência.

A Constituinte será — graças ao bom senso político de toda a Nação — um marco seguro no caminho da conciliação.

Assim, depois de haver consultado as forças políticas que compõem a nossa coalizão de governo, e de ouvir eminentes constitucionalistas, optei pelo rito de propor ao Congresso a presente emenda constitucional.

Tenho, nestes meses, procurado governar com a visão maior do que representa para o País o Congresso Nacional. Estou convencido de que todos nós, nesta hora difícil, sabemos assumir as nossas responsabilidades para com a Pátria. Os nossos problemas são graves demais para que nos permitamos o desfrute do capricho da intolerância, o equívoco do radicalismo e a arrogância da soberbia. Não podemos, os homens públicos, ter hoje outro orgulho que não seja o de pertencermos a um povo que tem sabido sofrer sem desespero e que, mais uma vez, dá às elites do País lições de patriotismo.

A convocação, agora, do Poder Constituinte para as eleições de 1986 irá facilitar e estimular o debate político em torno do Estado. É uma circunstância que favorece a Nação. Não iremos votar uma constituinte às pressas, com um Poder Constituinte escolhido no acodamento. Vamos começar — aliás, já começamos — a votá-la, na realidade, nos debates que ocorrem de Norte a Sul do País.

Ninguém é mais criador que o povo.

O debate amplo haverá de conferir, como desejava Tancredo Neves, representação mais autêntica aos delegados constituintes. Haverá tempo para que os eleitores lhes cobrem as idéias e programas e deles alcancem o compromisso de criar um documento que atenda às reivindicações nacionais.

Senhores:

Quero encerrar com um agradecimento ao povo brasileiro. Disse à Nação, em um dos momentos mais fortes destas jornadas carregadas de crises, que eu procuraria ser maior do que sou, para responder a uma responsabilidade histórica. Não perderei nunca o senso grave de meu dever, e o apelo de nossa gente serve à minha modestia com a coragem e a energia que a Nação espera e exige de seu presidente.

A todos quero dizer que as dificuldades não serão maiores do que a minha determinação, e que, com a lucidez de nossos homens públicos e a sabedoria da Nação, levaremos este País ao seu grande destino democrático.

Agradeço aos presidentes da Câmara e do Senado, aos líderes dos partidos, aos congressistas e a todas as autoridades presentes o prestígio que emprestam a esta solenidade. Muito obrigado."

"Muita coisa mudou nestes anos"

por Helena Daltra de Brasília

Único deputado que participou da Constituinte de 1934, Manoel Novaes (PDS-BA), 77 anos de idade, orgulhava-se ontem, no Planalto, com o fato de poder disputar pela terceira vez uma cadeira no Congresso Constituinte do próximo ano, seu maior desejo.

O deputado participou da Constituinte de 1934, com o então presidente Getúlio Vargas, presenciou episódios da chamada Intentona Comunista, em 1935, e do Movimento Integralista de 1937, acompanhou o governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1945, e ajudou a promulgar a Carta de 1946.

"Muita coisa mudou nesses anos de história; a Constituinte de 1987 tem como principal objetivo restabelecer o regime demo-

crático e consolidar o poder civil", disse o parlamentar, que coleciona doze legislaturas. Novaes acompanhou Tancredo Neves em algumas de suas viagens ao Nordeste e disse que somente motivos de saúde podem impedir sua participação na Constituinte a ser realizada no governo do presidente José Sarney.

Como Novaes, cerca de quinze remanescentes da Constituinte de 1946 assistiram na última sexta-feira à cerimônia de assinatura da mensagem convocatória da Constituinte, no Planalto. Entre eles, o secretário geral do Partido Comunista do Brasil (PC do B), João Amazonas, que fez um parâmetro entre 1946 e a Constituinte de 1987: "A Constituinte de 1946 foi realizada por um golpe de força. Houve um prazo muito curto para debater aquela

Carta, fato que propiciou o domínio de setores conservadores. Hoje há um prazo maior para o debate, o que é muito positivo".

Amazonas acredita que a Constituinte servirá para "dar contorno menos provisório aos partidos políticos, buscando representatividade e fisionomia própria para cada agremiação".

Cassado pelo AI-5, o ex-deputado Epílogo de Campos (PA), que participou da Constituinte de 1946 sob a sigla da extinta UDN, pretende disputar as próximas eleições pelo PDT e destaca os problemas sociais como principais objetivos políticos de sua campanha. Para o ex-deputado, a Constituinte de 1946 promulgou a mais perfeita Carta para o País: "Se estivesse em vigor, aquela constituinte seria atualizada".

A nova Constituição deve

ser mais compacta e precisa ser promulgada numa Constituinte representativa, observou. João Gomes Martins Filho, que participou da Constituinte de 1946 como deputado do extinto PSD, elogiou aquela Carta e disse esperar muito da próxima, desejo também compartilhado pelo ex-deputado Antenor Bosa (SP), da extinta UDN: "Espero que a Assembléia Nacional Constituinte encontre uma solução para os problemas econômicos do País".

PRINCÍPIOS

ESG divulgará um manual da Nova República

por Márcio Chover de Brasília

No final deste ano, a Escola Superior de Guerra (ESG) editará seu primeiro manual básico da Nova República. Nele já estarão consubstanciadas as idéias dos conferencistas deste ano — os atuais ministros, que lá estiveram a convite de seu comandante, general Euclides de Oliveira Figueiredo Filho.

A atualização do manual básico da ESG, segundo informou a este jornal o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante José Maria do Amaral, é feita periodicamente. "O manual reflete as idéias e princípios gerados pelos debates em torno da conjuntura ali disseminados".

Observando uma tendência recente, o número de civis a participarem dos cursos da ESG é crescente. Atualmente há 100 estagiários civis ao lado de 38 militares. No ano que vem, curarão a ESG 120 civis e apenas 40 militares.

Constituinte reúne-se em...

por Walter Marques de Brasília

(Continuação do 1º página) jurista José Carlos Moreira Alves — que presidirá a Constituinte na sessão de sua instalação — o presidente Sarney falou a Nação. Ele indicou, então, o destino dos senadores eleitos em 1982 e que tem mandato até 1991. Ele disse que os constituintes serão eleitos em novembro do ano que vem. O senador Fernando Henrique Cardoso, que defende a exclusão desses senadores da Constituinte — ele é um deles — viu nesta afirmação do presidente uma definição da posição do governo em relação ao assunto.

O ministro Fernando Lyra, da Justiça, esclareceu qual será o sistema de

eleição da mesa que deverá dirigir a Constituinte. Ele informou que no dia 31 de janeiro de 1987 os deputados e senadores, reunidos em Câmara única elegerão o presidente da Assembléia Nacional Constituinte e os demais membros da mesa diretora. A eleição dos presidentes da Câmara e do Senado deverá acontecer no dia seguinte.

Concordando com o ministro da Justiça, o senador Fernando Henrique Cardoso afirmou que o debate institucional que marcará a campanha pela eleição dos constituintes deverá começar somente depois de janeiro de 1986. "Agora vai ficar todo mundo cuidando de tapar buracos", disse o senador numa alusão à campanha eleitoral que já

começa a se desenvolver nos municípios em novembro próximo.

A eleição da Constituinte "será uma das mais disputadas da história do País", disse o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto. "É preciso dar o espaço mais amplo possível para que todos os setores possam participar do debate", afirmou o ministro da Justiça. "O debate deverá dar uma contuntura melhor, um contorno menos provisório aos partidos políticos", previu João Amazonas. O chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, expressou o desejo de que "a nova Constituição atenda às aspirações populares, para que o País se desenvolva em paz".